



Revista Saúde em Redes (ISSN 2446-4813), v. 8, n. 2 (2022).

ARTIGO ORIGINAL

DOI: 10.18310/2446-4813.2022v8n2p379-394

O modelo social da deficiência nas pesquisas brasileiras de pós-graduação *stricto sensu*

The Social model of disability in Brazilian research within *sensu stricto* graduate programs

Mariele Angélica de Souza Freitas

Doutoranda. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. E-mail: marielefreitas@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9955-8503>

Carla Biancha Angelucci

Doutora. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. E-mail: b.angelucci@usp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9036-7396>

Resumo: Este trabalho versa sobre a presença do modelo social da deficiência em pesquisas acadêmicas. Partiu-se da apresentação do campo de Estudos da Deficiência e do modelo social de deficiência para discutir a produção de teses e dissertações brasileiras, com o objetivo de apresentar em que contextos acadêmicos o modelo social se faz presente, bem como analisar possíveis correlações entre a adoção do modelo social de deficiência e a valorização da participação de pessoas com deficiência no âmbito da pesquisa. A recuperação de dissertações e teses em bancos de dados virtuais chegou a 196 estudos, dos quais apenas 32 relacionavam-se ao tema estudado. Tais produções foram caracterizadas quanto à: distribuição de estudos por ano; por tipo de Instituição de Ensino Superior; por região; por campo de conhecimento; e caracterização dos estudos entre empíricos e não empíricos. Considera-se que as discussões conceituais sobre o modelo social da deficiência e suas consequências ético-políticas estão presentes de modo tímido na pesquisa acadêmica nacional. Apenas 32 de 196 estudos recuperados tratavam, ao menos de maneira introdutória, desse arcabouço. Tal presença, entretanto, é perceptivelmente estabelecida em estudos empíricos, não só no que concerne às discussões teóricas mais robustas, mas, sobretudo, quanto à participação de pessoas com deficiência e ao registro de suas experiências como base para a produção de conhecimento. Os estudos feministas da deficiência, que compõem a segunda geração do modelo social, ainda não são incorporados pela Academia.

Palavras-chave: Deficiência; Capacitismo; Pesquisa acadêmica; Pós-graduação.

Introdução

Este trabalho discute as pesquisas brasileiras em âmbito de pós-graduação *stricto sensu* que têm se debruçado sobre deficiência, a partir do modelo social. A literatura que busca registrar a posição social ocupada por essas pessoas em diferentes tempos e culturas afirma a predominância da negação de suas formas de existir^{1,2}.

De acordo com Oliver e Barnes³, antes da década de 1980, a relevância de estudos acadêmicos sobre a deficiência foi descrita por explicações do campo das Ciências da Saúde, como a Medicina, e os interesses profissionais relacionados a ela. Em seus pressupostos, o modelo médico adotado pelas Ciências da Saúde instituiu-se a partir de uma compreensão organicista, sustentada pela dualidade dos conceitos de normalidade e anormalidade¹ sobre a deficiência. Tal modelo considera a deficiência como um problema de ordem orgânica, causado por alguma enfermidade ou limitação corporal fixada na funcionalidade como “[...] a causa primeira da desigualdade social e das desvantagens vivenciadas pelos deficientes, ignorando o papel das estruturas sociais para a sua opressão e marginalização”^{4:2}. Identificada a limitação de causa orgânica, inicia-se um conjunto de intervenções médicas e assistenciais, objetivando sanar a deficiência do corpo, minimizando as desvantagens sociais pela via da normalização e/ou adaptação comportamental, a fim de promover o seu melhor funcionamento e integração social⁵.

As práticas de normalização de indivíduos marcadas pelo modelo médico consistiam, também, na institucionalização de pessoas com deficiência, definindo as instituições especializadas como espaços mais “adequados” a essas pessoas, levando-as à invisibilização social⁵. Destarte, o processo de institucionalização das pessoas com deficiência contribuiu de forma significativa para que fossem construídas as concepções sociais sobre esses sujeitos como incapazes de aprender, dependentes e imaturos. Ou seja, a ênfase dada pelo modelo médico às limitações das pessoas com deficiência contribuiu historicamente para a difusão de um ideário que considera esse limite como a causa inerente da incapacidade, reduzindo essas pessoas a uma condição passiva e dependente de cuidados.

O questionamento que sustenta o presente artigo recai sobre as concepções acerca da pessoa com deficiência que foram amplamente disseminadas pelo modelo médico; nesse modelo, comumente, esses sujeitos são reduzidos à organicidade do seu desenvolvimento, atribuindo-lhes a marca da incapacidade, desconsiderando aspectos sociais constitutivos na concepção sobre a deficiência, bem como o papel social que essas pessoas desempenham na sociedade. Assim, a concepção de deficiência centrada no outro como “diferente” e “inapto” imputa um caráter pejorativo às múltiplas formas da diversidade e do desenvolvimento humano. Não se trata de desconsiderar a

¹ Concebemos o termo “anormal” como o conjunto de expectativas e os valores culturais, arraigados pela sociedade, e que são favorecedores para que exista a distinção entre os indivíduos, pois ainda se faz presente a concepção de que existe uma suposta “normalidade” e “anormalidade”, concepções essas imbuídas de uma ideologia que busca, muitas vezes, apenas projetar no sujeito valores positivos ou negativos, a depender de sua audiência.

dimensão biológica da deficiência e a organicidade de sua definição, mas a individualização dessa condição, que limita o desenvolvimento integral desses sujeitos.

Almejando transformações na concepção de deficiência e denunciando os limites impostos pelo modelo médico, iniciou-se, no Reino Unido, nos anos de 1960, um novo modelo de teorização sobre a deficiência, denominado “*Disability Studies*” (em língua portuguesa, “Estudos sobre Deficiência”). Configurando nova perspectiva sobre os debates e ações voltadas ao público de pessoas com deficiência engajadas na luta por reconhecimento e igualdade de direitos, o modelo social constituía-se como um campo de ação formado por experiências de pessoas com deficiência, num movimento formado por militantes do Movimento pelos Direitos de Pessoas com Deficiência. O modelo social da deficiência engendrou uma nova concepção acerca da deficiência⁶. Contrário às abordagens médicas tradicionais, “[...] rompe o nexo de causalidade entre comprometimento e incapacidade”^{7:547}, deslocando o foco do sujeito para as estruturas sociais, que são limitadas “[...] em fornecer serviços adequados e garantir adequadamente que as necessidades de homens e mulheres sejam levadas em consideração dentro da organização social”^{2:48}.

O modelo social tem por premissa explicitar que a deficiência é uma realidade fundada a partir das estruturas econômicas e políticas da sociedade, e as pessoas com deficiência integram, dessa maneira, o grupo social oprimido⁸. Segundo Oliver⁶, a Physical Impairment Against Segregation (UPIAS) (União de Deficientes contra a Segregação) foi a organização responsável pela formulação de uma nova concepção de deficiência como um fenômeno social.

Martins et al.^{9:48} destacam que a interpretação acerca da deficiência é imprescindível, pois, a partir dela, é possível minimizar problemas e delinear soluções, beneficiando também o campo da investigação científica, “[...] em que as diferentes concepções significam diferentes posicionamentos ante o reconhecimento e valorização da voz das pessoas com deficiência”. Em consonância aos pressupostos do modelo social da deficiência, emerge um método de investigação que visa, entre outras finalidades, desenvolver estudos protagonizados por pessoas com deficiência, método de pesquisa denominado “Investigação Emancipatória”, pensado pelo Movimento de Pessoas com Deficiência. De acordo com Barnes^{10:6}, a Investigação Emancipatória pode ser definida como “[...] o empoderamento de pessoas com deficiência através da transformação das condições materiais e sociais de produção da investigação”, ou seja, a utilização do modelo social da deficiência significa também o aceite por parte de pesquisadores e da comunidade científica de que a sua produção e o

ambiente social e cultural que os circundam também pode, em menor ou maior grau, reproduzir situações de opressão vivenciadas pelas pessoas com deficiência⁹.

São imprescindíveis investigações concernentes às pessoas com deficiência a partir dos relatos de suas experiências diretas, opiniões e aspirações, para que auxiliem os pesquisadores a compreender suas experiências a partir de si mesmas, contribuindo não apenas para a construção de uma nova visão acerca da deficiência⁸, mas também para “[...] desenvolver uma resposta política apropriada”^{11:252} aos protagonistas dos estudos e principais usuários ou beneficiários desses.

Nesse sentido, o modelo social da deficiência possibilita uma mudança de posição hierárquica entre o pesquisador e o participante, no desenvolvimento de pesquisas que contam com a presença direta da pessoa com deficiência, em que ela deixa de ser espectadora para tornar-se agente ativa e interlocutora de sua experiência pessoal, dos seus desejos, necessidades, aspirações e, sobretudo, na reivindicação e garantia de seus direitos. Para Barnes et al.¹¹, a participação do movimento social e político de pessoas com deficiência nas pesquisas científicas exerceu papel preponderante na compreensão da experiência coletiva da deficiência, subsidiando estudos que reflitam sobre as problemáticas envolvendo a existência dessas pessoas tanto individual quanto coletivamente.

Consideradas as discussões ético-políticas e teóricas apresentadas até o momento, este artigo discute a produção de teses e dissertações brasileiras, com os objetivos de apresentar em que contextos acadêmicos o modelo social se faz presente e analisar possíveis correlações entre a adoção do modelo social de deficiência e a valorização da participação de pessoas com deficiência no âmbito da pesquisa.

Metodologia

A investigação de teses e dissertações ocorreu sem recorte temporal definido, abrangendo os seguintes bancos de dados: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Banco de Teses e Dissertações e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Utilizamos inicialmente o descritor “*Disability Studies*” e a sua tradução em língua portuguesa, “Estudos da Deficiência”, o que resultou em um número pouco expressivo de pesquisas; passamos, então, a utilizar outros, além desse descritor, relativos ao campo, como: “protagonismo”, “pessoa com deficiência”, “educação especial”, “inclusão”, “educação inclusiva”, “participação social”, “movimento social”,

“deficiência”, “narrativa”, “história oral”, “investigação emancipadora”, “história de vida”, “exclusão”, “inclusão social”, “modelo social da deficiência” e “sociologia da deficiência”.

Com base nos descritores e no cruzamento com as categorias que julgamos indicar um maior número de estudos do campo, localizamos 193 pesquisas. A fim de identificar se os estudos selecionados dialogavam com a temática pesquisada, realizamos inicialmente a leitura a partir do título, seguido do resumo, e quando não foi possível obter a informação nesses espaços, recorremos ao texto na íntegra¹². Adotamos como critérios de exclusão dos estudos: pesquisas duplicadas e estudos que se referiam à deficiência de animais não humanos, de nutrientes, de aspectos sociais ou ambientais, de aspectos metabólicos ou do funcionamento do organismo (deficiência de ferro, imunológica etc.). No mapeamento realizado, localizamos apenas 32 estudos entre dissertações (20) e teses (12), correspondendo a 16,6% das pesquisas se comparados com o total recuperado (193).

Inicialmente, foi realizada a caracterização da produção a partir das seguintes categorias: a distribuição do número de estudos por ano; por tipo de Instituição de Ensino Superior (IES); por região; por campo de conhecimento; e a caracterização dos estudos entre empíricos e não empíricos. Em seguida, foi aprofundada a análise dos estudos empíricos que contaram com pessoas com deficiência entre os participantes, considerando: a partir de que autores ou documentos o modelo social de deficiência é discutido; a serviço de que se dá a referência ao modelo social de deficiência; qual é a posição das pessoas com deficiência nos estudos.

Procedimento de análise das informações

As pesquisas foram analisadas qualitativamente com base na técnica de investigação do paradigma indiciário, de Ginzburg¹³. Por meio do paradigma indiciário, o autor propõe uma compreensão diferenciada dos fenômenos, como aspectos que antes passavam despercebidos, ou seja, o autor valoriza os pormenores dos documentos, referenciando seu conjunto histórico. Nessa abordagem, a análise centra-se em elementos explicativos e não descritivos, buscando sua origem e essência histórica.

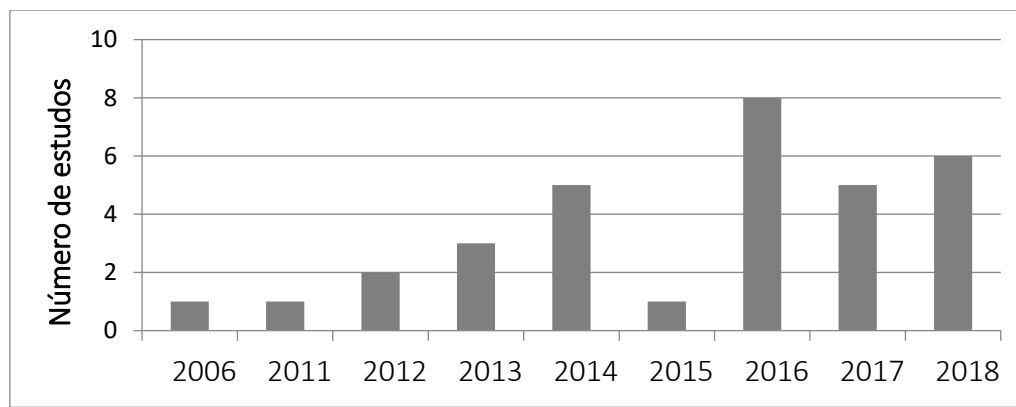
Os estudos foram categorizados quanto aos seguintes elementos: número de estudos por ano; número de estudos por Instituição de Ensino Superior (IES); grau de titulação e dependência administrativa; estudos por região; estudos por campo de conhecimento; estudos por área temática;

caracterização dos estudos quanto ao método (empírico ou não empírico); aos participantes (presença ou não de participação de pessoas com deficiência); e aos temas abordados.

Resultados/Discussão

A seguir, apresentaremos alguns gráficos que ilustram o mapeamento dessa produção em relação às pesquisas que buscam embasar-se no modelo social da deficiência ou nos *Disability Studies*.

Gráfico 1. Distribuição por número de publicações/ano dos estudos.

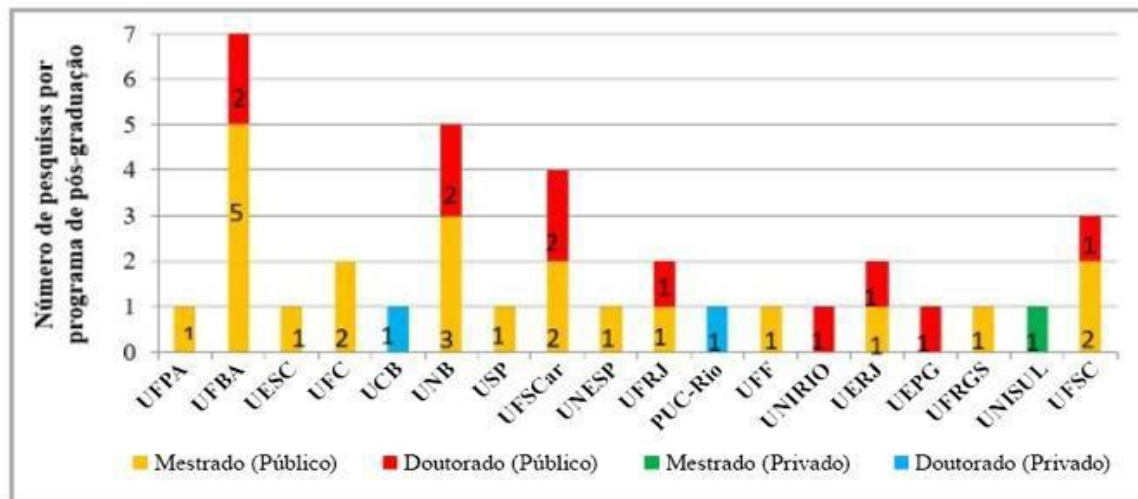


Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras a partir dos estudos disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Capes¹⁴ e da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações¹⁵.

Os anos de 2006, 2011 e 2015 refletem pouca expressividade de estudos, contendo, cada ano mencionado, apenas uma publicação. De 2012 a 2014, observamos o crescimento no número de publicações, com maior amplitude nos anos de 2016 e 2018, correspondendo a 14 pesquisas, ou seja, 43,7% do total da produção divulgada. Os anos de 2014 e 2017 têm o mesmo número de pesquisas, com cinco estudos cada um, correspondendo a 15,6% do total.

No que se refere ao nível de titulação e ao número de pesquisas publicadas, temos a seguinte distribuição:

Gráfico 2. Distribuição de pesquisas por Instituição de Ensino Superior (IES), grau de titulação e dependência administrativa.



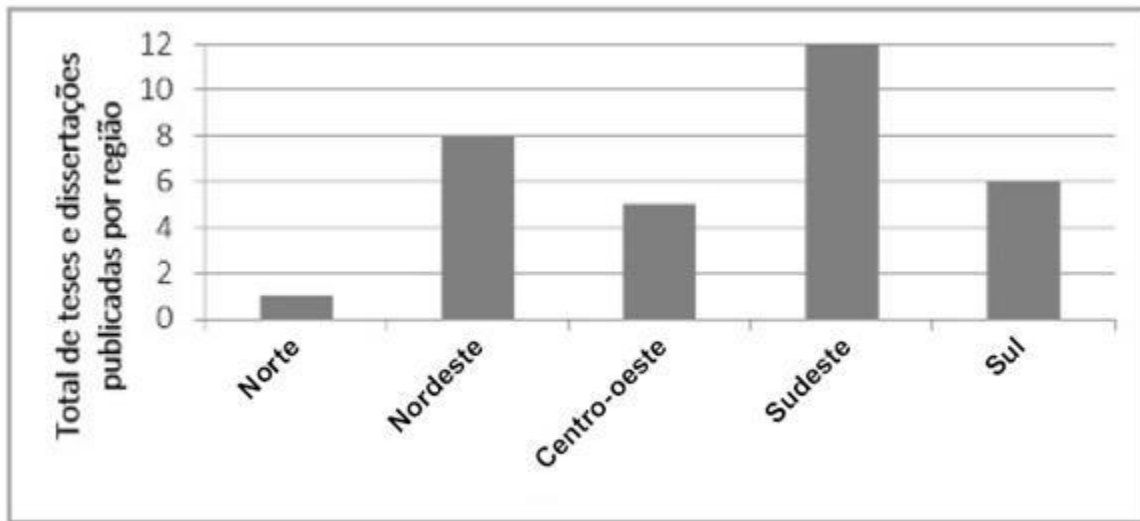
Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras a partir dos estudos disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Capes¹⁴ e da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações¹⁵.

A maior parte dos estudos concentra-se em pesquisas de mestrado, com representação de 20 produções; já as pesquisas de doutorado correspondem a 12 estudos. Assim, do montante de 32 produções, 62,5% delas caracterizam-se em dissertações e 37,5% em teses. De acordo com Bueno¹⁶, a justificativa para a menor incidência de teses pode estar no menor número de programas de doutorado no país e pelo tempo de formação acadêmica que esse nível demanda. Além disso, podemos inferir que o menor número de teses defendidas pode significar descontinuidade do aprofundamento de estudos dessa temática.

Das 18 Instituições de Ensino Superior que produziram estudos sobre a temática que nos propomos a investigar, apenas três são instituições privadas. A maioria expressiva dos estudos se desenvolveu em universidades federais (nove instituições, com 50% das produções). Na sequência, as universidades estaduais, contando com cinco instituições, perfazendo 27,7% do total de estudos.

A seguir, apresentaremos a distribuição de teses e dissertações publicadas por região:

Gráfico 3. Distribuição de pesquisas publicadas por região.



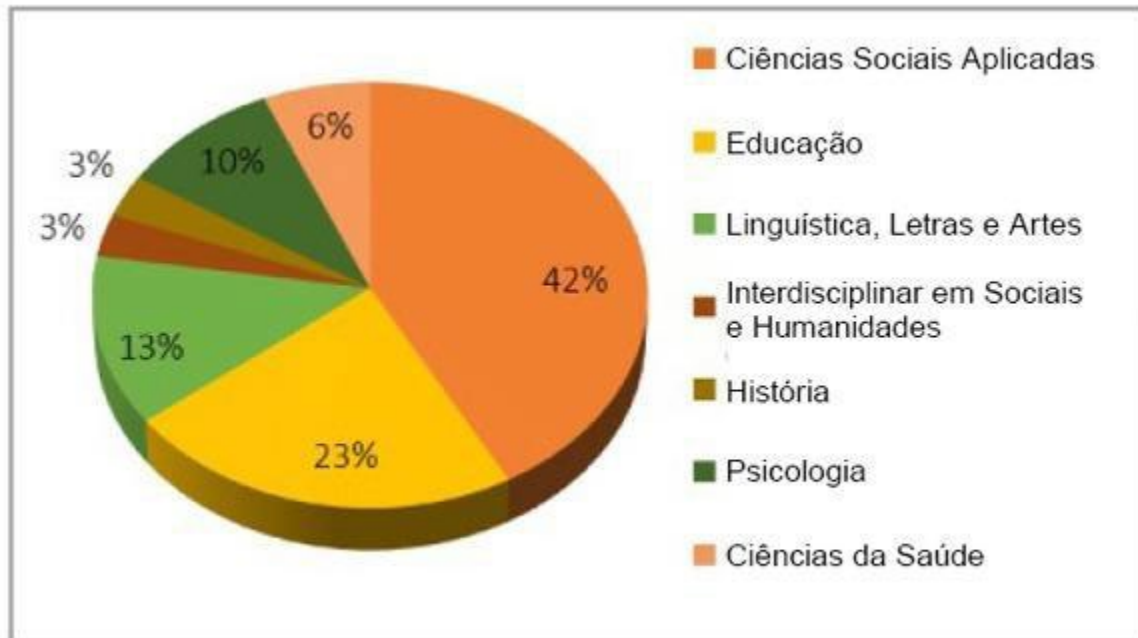
Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras a partir dos estudos disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Capes¹⁴ e da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações¹⁵.

No que tange ao desenvolvimento de estudos no conjunto de teses e dissertações situadas por região, podemos observar que a maior incidência de pesquisas se localiza na região Sudeste, com 12 estudos, totalizando 37,5% de toda a produção. Na sequência, temos a região Nordeste, com oito estudos; a região Sul, com seis estudos; a região Centro-oeste, com cinco estudos; e a região Norte, com apenas um estudo.

De acordo com Silva¹⁷, nos últimos anos tem ocorrido um processo de descentralização de pesquisas do eixo sudeste-sul, regiões com ampla tradição e desenvolvimento científico. A expansão de programas de pós-graduação nas diversas regiões do país acarretou o aumento da participação de pesquisadores em localidades cientificamente menos tradicionais. Assim, pode-se inferir que esse processo tem ocorrido, dentre outras variáveis, por um movimento de interlocução e colaboração entre pesquisadores(as) visando à expansão da produção científica no país¹⁸.

Em relação à distribuição de teses e dissertações por área de pesquisa, temos:

Gráfico 4. Distribuição de pesquisas por campo de conhecimento.



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras a partir dos estudos disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Capes¹⁴ e da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações¹⁵.

Percebe-se que a maior concentração de estudos incide na área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, correspondendo a 42% do total de pesquisas. As áreas que compõem esse campo referem-se aos domínios do Direito, da Sociologia, da Antropologia, entre outros. Os estudos presentes no referido campo coadunam-se a uma abordagem que pretende compreender os processos globais de desenvolvimento das pessoas com deficiência num processo de “[...] questionamento crítico, no qual [...] as dimensões conceitual, teórica, explicativa e prática são consideradas de vital importância” (tradução nossa)^{19:137}.

As pesquisas do campo da Educação correspondem a 23% das teses e dissertações aqui estudadas. O modelo social da deficiência, aplicado a esse campo, questiona e problematiza a estrutura na qual se inserem os sistemas de ensino em todas as instâncias e níveis, tensionando as concepções e conceitos que permeiam esse espaço, como os de normalidade e anormalidade, usados historicamente para classificar os estudantes sob a justificativa de seu fracasso escolar ou sob o argumento de sua deficiência. Nesse sentido, o modelo social apresenta uma contribuição significativa ao campo da Educação, possibilitando a mudança em seus métodos de ensino e aprendizagem, importantes e necessários também ao campo da Educação Especial, que visa, em seu cerne, a eliminação de toda e

qualquer barreira que limite o pleno desenvolvimento da pessoa com deficiência, com a finalidade de transformar o ambiente pedagógico para que todos possam aprender.

Os demais campos do conhecimento, expressos no Gráfico 5, integram, em sua maioria, estudos do campo das Ciências Humanas, sendo observados poucos estudos na área da Saúde.

A seguir, apresentaremos as informações relativas à distribuição dos estudos por campo temático.

Gráfico 5. Distribuição dos estudos por campo temático.



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras a partir dos estudos disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Capes¹⁴ e da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações¹⁵.

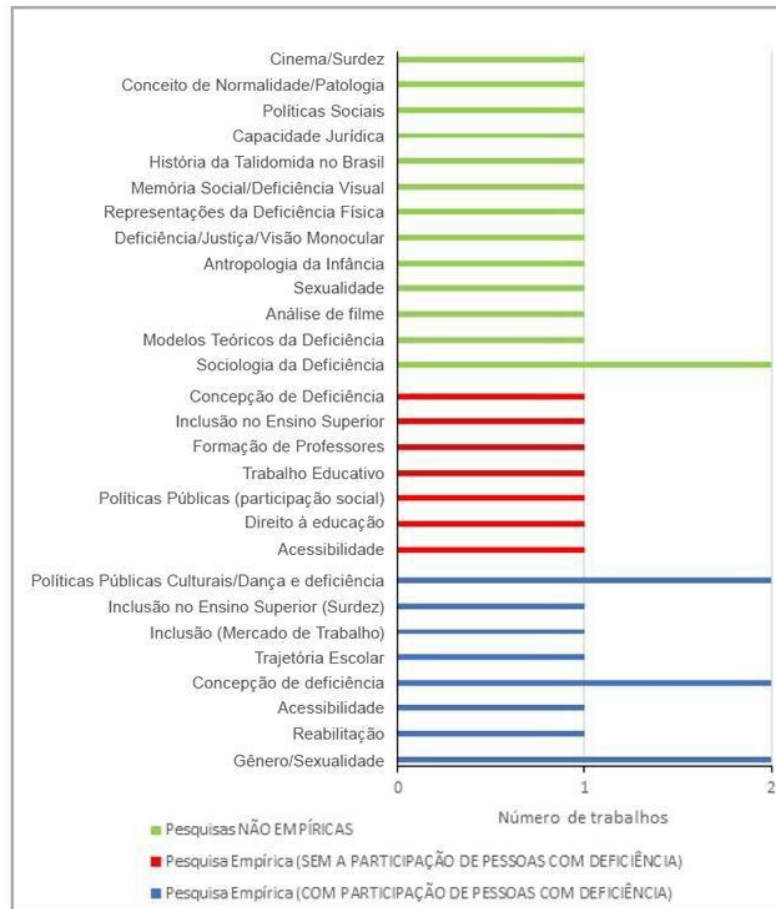
Entre as temáticas abordadas nos estudos, observou-se a concentração nas políticas sociais, seguidas pelos estudos da Sociologia. Os temas em Educação e Educação Especial também estão muito presentes, com discussões ainda bastante arraigadas no campo pedagógico, como os processos de ensino e aprendizagem, a concepção de deficiência, a formação de professores(as), entre outros; tomados por discussões na perspectiva da Educação Inclusiva, que tem por princípio incluir todos os estudantes indiscriminadamente, independentemente de suas origens socioeconômica, étnica, cultural ou condição de alguma deficiência, seja ela física, cognitiva ou sensorial.

Ademais, pode-se observar que a diversidade de temas tem se aproximado ainda de maneira pouco expressiva do campo de conhecimento dos *Disability Studies*, expressando pouca articulação entre as áreas pesquisadas, visando às perspectivas mais complexas de entendimento de sociedade e às implicações do conceito de Direitos Humanos, objetivando a compreensão do “[...] silenciamento

das experiências das pessoas com deficiência em favor de uma visibilização das estruturas de opressão social”^{9:51}, no anseio de uma sociedade mais inclusiva.

No Gráfico 6, os estudos estão caracterizados quanto ao método (empírico ou não empírico), aos participantes (presença ou não de participação de pessoas com deficiência) e aos temas abordados.

Gráfico 6. Caracterização dos estudos quanto ao método, aos participantes e aos temas abordados.



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras a partir dos estudos disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Capes¹⁴ e da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações¹⁵.

Na categoria de estudos não empíricos, foram recolhidas 14 pesquisas, correspondendo a 43,75% do total dos resultados, e caracterizaram-se principalmente por estudos de revisão bibliográfica, pesquisa documental e análise de filmes; na sequência, destacaram-se análise de vídeos (YouTube), análise de telenovelas e pesquisas de estado da arte, contabilizando um estudo para cada item. O quantitativo de pesquisas sugere uma aproximação significativa dos pesquisadores brasileiros ao campo de conhecimento dos estudos da deficiência, tendo como favorecedores o contato das múltiplas áreas de formação e a interdisciplinaridade de seus estudos, possibilitando a ampliação das

discussões sobre o modelo social da deficiência e a incorporação desses estudos no cenário acadêmico brasileiro.

Os 18 estudos empíricos correspondem a 56,25% e foram analisados a partir da distinção da categoria presença/ausência de participação de pessoas com deficiência.

Os estudos empíricos que contaram com a participação da pessoa com deficiência contabilizam 11 pesquisas, correspondendo a 34,4%. Dentre as pesquisas selecionadas, destacam-se temas sobre a concepção de deficiência, totalizando três estudos, seguidos dos temas sobre gênero/sexualidade, com dois estudos, e das temáticas de acessibilidade, reabilitação, trajetória escolar, direitos sociais, inclusão no Ensino Superior e políticas públicas, com um estudo para cada tema destacado. Em relação à caracterização dos participantes das pesquisas, observou-se, em linhas gerais, uma sequência de descrição que se inicia pelo nome fictício (mantendo a integridade dos participantes), idade, formação, ocupação, se reside com outras pessoas, há quanto tempo possui deficiência (se ela é congênita ou adquirida) e, em alguns casos, se possui algum relacionamento afetivo. A análise evidenciou a participação de 29 mulheres e 20 homens, com faixa etária variando entre 18 e 52 anos.

Considerações finais

É fundamental destacar a importância da universidade pública brasileira na produção científica, promotora de pesquisas em várias áreas do conhecimento, consolidando-se como *locus* privilegiado de investigação e de suporte institucional para o desenvolvimento de estudos e para a formação de pesquisadores^{16,20}.

O predomínio das universidades públicas na produção de ciência e tecnologia brasileiras deveria resultar em maior investimento no setor e não em cortes orçamentários como os que vêm ocorrendo de maneira manifesta na atualidade; a diminuição de recursos destinados à educação em todos os níveis tem sido uma constante a cada gestão governamental brasileira. Para Durham^{20:3}, “[...] por estranho que pareça, é preciso novamente insistir e demonstrar a necessidade da pesquisa para o desenvolvimento do país e a importância da universidade pública como seu principal sustentáculo”.

Em relação à presença e à apropriação do modelo social da deficiência pela produção acadêmica nacional, é possível afirmar que tal concepção é majoritariamente elencada, perfazendo tão somente o pano de fundo das discussões, na maioria das vezes. A radicalidade implicada no modelo social da

deficiência não parece ter sido apropriada integralmente na argumentação teórica ou na análise e discussão dos resultados. A referência ao modelo situou-se, na maioria das vezes, como elemento histórico subsidiário à introdução da discussão, sendo apresentado como parte de um quadro comparativo, em que constavam também outros modelos conceituais.

Quanto à participação de pessoas com deficiência em estudos empíricos, na maioria das situações, está relacionada a discussões acerca de suas experiências no contexto social geral. Majoritariamente, os pesquisadores empregaram entrevistas semiestruturadas ou entrevistas sem roteiro previamente estabelecido, além do método de história oral ou história de vida, colocando a pessoa com deficiência como principal interlocutora de sua história. Quanto aos temas investigados, chama-nos atenção a inexistência de estudos relativos a dimensões subjetivas e/ou individuais das pessoas com deficiência. Segundo Meletti²¹, é comum que aspectos relativos às experiências das pessoas com deficiência, suas histórias e percepções de mundo sejam considerados irrelevantes, por isso não se costuma tomá-las como interlocutoras ou sequer documentar suas experiências. Pelo contrário, tais aspectos concernentes a essas pessoas são comumente negligenciados.

Ainda, os estudos que contaram com a participação desse setor da população utilizaram da interface dos Estudos da Deficiência e do modelo social da deficiência como referencial teórico e metodológico. Neles, as pessoas com deficiência eram compreendidas e caracterizadas como sujeitos históricos e sociais, o que nos permite afirmar que as análises empregadas coadunaram os princípios do modelo social da deficiência, em detrimento da “[...] abordagem individualista, restrita ao corpo, que alega neutralidade científica e preconiza ações normalizadoras, enquanto rotula os indivíduos como inaptos e ignora as estruturas sociais que impedem a participação social [...]”^{22:62}.

Com isso, podemos perceber que a utilização do modelo social da deficiência mantém correlação altamente positiva com a ampliação do campo de compreensão dos fenômenos sociais constitutivos do desenvolvimento da pessoa com deficiência, não reduzindo a realidade vivenciada por essas pessoas a uma relação mecânica de causa orgânica (impedimento) e efeito social (deficiência).

A título de síntese, considera-se que as discussões conceituais sobre o modelo social da deficiência e suas consequências ético-políticas estão presentes de modo tímido na pesquisa acadêmica nacional. Apenas 32 de 196 estudos recuperados tratavam, ao menos de maneira introdutória, desse arcabouço. Tal presença, entretanto, é perceptivelmente estabelecida em estudos empíricos, não só no que concerne às discussões teóricas mais robustas, mas, sobretudo, quanto à participação de

pessoas com deficiência e ao registro de suas experiências como base para a produção de conhecimento.

Diante do exposto, sugere-se que as discussões relativas à chamada segunda geração do modelo social, expressa nos estudos feministas da deficiência, a exemplo do realizado por Garland-Thomson²³, possam ser amplamente debatidas nas diferentes áreas de conhecimento que se implicam com a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, de modo que a pesquisa acadêmica nacional possa se beneficiar da produção de conhecimento que vem sendo realizada tanto pelo movimento social de pessoas com deficiência quanto pelas pesquisadoras com deficiência.

Referências

1. Human Rights Watch. “Eles ficam até morrer”. Uma vida de isolamento e negligência em instituições para pessoas com deficiência no Brasil [Internet]. 2018 [citado 2019 dez. 19]. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2018/05/23/318044>
2. Palacios A, Romañach J. El Modelo de la Diversidad. La Bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional. Madrid: Ediciones Diversitas; 2008.
3. Oliver MO, Barnes C. Disability studies, disabled people and the struggle for inclusion. Br J Sociol Educ [Internet]. 2010 [citado 2019 dez. 19]; 31(5):547-60. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01425692.2010.500088>
4. Bampi LNS, Guilhem D, Alves ED. Modelo social: uma nova abordagem para o tema da deficiência. Rev Latino-Am Enferm [Internet]. 2010 [citado 2019 dez. 19]; 18(4):1-9. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/yBG83q48WG6KDHmFXXsgVkr/?format=pdf&lang=pt>
5. Andrada BFC. Modelos Teóricos da Deficiência no Discurso Acadêmico Brasileiro: perspectivas integracionistas e o campo da Saúde Coletiva [dissertação]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (RJ); 2013.
6. Oliver M. The social model of disability: thirty years on. Disabil soc [Internet]. 2013 [citado 2019 dez. 19]; 28(7):1-3. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09687599.2013.818773>
7. Oliver MO, Barnes C. Disability studies, disabled people and the struggle for inclusion. Br J Sociol Educ [Internet]. 2010 [citado 2019 dez. 29]; 31(5):547-60. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01425692.2010.500088>
8. González ML. Modelos teóricos e investigación en el ámbito de la discapacidad. Hacia la incorporación de la experiencia personal. Docencia e Investigación [Internet]. 2016 [citado 2019 dez. 19]; 31(16):215-40. Disponível em: <https://ruidera.uclm.es/xmlui/%20handle/10578/8063>
9. Martins SB, Fontes F, Hespanha P, Berg A. A emancipação dos estudos da deficiência. Rev Crit Cienc Sociais

- [Internet]. 2012 [citado 2019 dez. 12]; 9(18):45-64. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5014>
10. Barnes C. What a Difference a Decade Makes: Reflections on Doing “Emancipatory” Disabil Research. *Disabil soc* [Internet]. 2003 [citado 2019 dez. 12]; 18(1):3-17. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/713662197>
 11. Barnes C, Oliver M, Barton L. Disability, the academy and the inclusive society. *Disability studies today*. 2002; 250-60.
 12. Ferreira NSA. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educ Soc* [Internet]. 2002 [citado 2019 maio 19]; 23(79):257-72. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>
 13. Ginzburg C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras; 1989.
 14. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Internet]. Catálogo de Teses e Dissertações [citado 2019 dez. 19]. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>
 15. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações [Internet]. Acesso e visibilidade às teses e dissertações brasileiras [citado 2019 maio 19]. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>
 16. Bueno JGS. A pesquisa brasileira sobre Educação Especial: balanço tendencial das dissertações e teses brasileiras (1987-2009). In: Bueno JG, Munakata K, Chiozzini DF, organizadores. *A escola como objeto de estudo: escola, desigualdades, diversidades*. Araraquara: Junqueira & Marin; 2014. p. 211-48.
 17. Silva RHR. Balanço das Dissertações e Teses em Educação Especial e Educação Inclusiva Desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil. *Rev Bras Educ Espec* [Internet]. 2018 [citado 2019 dez. 19]; 24(4):601-18. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000400601&lng=pt&nrm=iso
 18. Sidone OJG, Haddad EA, Mena-Chalco JP. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. *Rev Transinformação* [Internet]. 2016 [citado 2019 dez. 12]; 28(1):15-32. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862016000100015
 19. Barton LEN. Estudios sobre discapacidad y la búsqueda de la inclusividad: observaciones. *Rev de Educac* [Internet]. 2009 [citado 2019 dez. 28]; (349):137-52. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2995020>
 20. Durham ER. As universidades públicas e a pesquisa no Brasil. *NUPES* [Internet]. 1998 [citado 2019 dez. 29]; 9:1-28. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9809.pdf>
 21. Meletti SMF. O relato oral como recurso metodológico em educação especial. In: Marquezine MC, Almeida MA, Omote S, editores. *Colóquios de pesquisa em educação especial*. Londrina: EDUEL; 2003. p. 1-10.
 22. França TH. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. *Lutas Sociais* [Internet]. 2013. [citado 2022 jul. 08]; 17(31):59-73. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/neils/revista/vol%2031/tiago-henrique-franca.pdf>

23. Garland-Thomson R. Integrating Disability, Transforming Feminist Theory. *NWSA J* [Internet]. 2002 [citado 2019 dez. 28]; 14(3). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/236811967_Integrating_Disability_Transforming_Feminist_Theory

Como citar: Freitas MAS, Angelucci CB.. O modelo social de deficiência nas pesquisas brasileiras de pós-graduação stricto sensu. *Saúde em Redes*. 2022; 8 (2). DOI: 10.18310/2446-4813.2022v8n2p379-394